

# REVISTA PORTUGUESA de HISTÓRIA

tomo XXXIII

Portugal e Brasil  
Rotas de Culturas  
Volume I



COIMBRA 1999  
FACULDADE de LETRAS  
da UNIVERSIDADE de COIMBRA  
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

**Brasil 1500-1600**  
**Dos “descaminhos” da Coroa à “desforra” dos colonos**

AURÉLIO DE OLIVEIRA  
**Universidade do Porto**

*“Nam tenha V. A em tam pouco estas terras do Brasil em especyal esta Nova Lusytania (Pernambuco - a mais próspera e mais importante das Capitánias) como mostra ter em pouco, pois nam provê nem me responde ás cartas e avysos que á tres anos e que por tres e quatro vyas lhe tenho escripto mostra que tem, pois a yso nam aqude, nem menos me tenha em tão pouco e em tam pouca estyma, que haja por mal emppregado em dar credito ao que lhe digo e escrepvo pera bem de seu serviço e responder me pera que eu sayba sua emtençam e procure das cousas yrem como andyr”. (Duarte Coelho. Carta para D. João III. 1548)<sup>1</sup>.<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Direcção e Coordenação de Carlos Malheiro Dias, Porto, 1924. III. 316.

Ajeito de uma visão de síntese e sem grandes preocupações de trazer novidades<sup>2</sup> faremos aqui algumas considerações a partir de alguns textos menos conhecidos e divulgados que aqueles que habitualmente e mais correntemente constituem pontos de referência sempre obrigatórios e sempre compulsados<sup>3</sup>.

Mais do que trazer dados novos ensaiaremos preferentemente uma reflexão em comum sobre alguns deles, (relativos ao Século XVI e princípios do XVII), em ordem a captar algumas linhas de força relativamente e aos interesses ou “desinteresses” metropolitanos durante aquele período, no que respeita à realidade atlântica brasileira.

Tendo presente aqueles, utilizaremos para o nosso comentário outros textos porventura menos utilizados e conhecidos<sup>4</sup>. São relatos relativamente próximos mas importantes não só pela complementaridade mas também pelo contraponto que, efectivamente, permitem estabelecer com ideias mais correntes e habituais.

A Integração geográfica e económica do Brasil (conceito de um processo dinâmico e cumulativo com que preferimos encarar o fenómeno dos Descobrimentos portugueses), acelera-se, sobretudo, com a implantação do Governo Geral a meados do Século. Foi seu grande responsável Tomé de Sousa.

<sup>2</sup> Palestra proferida em Braga, em Abril de 1991, para os professores de História, no âmbito dos Programas de acção da Comissão dos Descobrimentos / Ministério da Educação. Objectivo essencial: repensar textos e questões.

<sup>3</sup> Como pode ser o caso de Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim, Fr. Vicente Salvador e sobretudo, Pero de Magalhães Gândavo.

<sup>4</sup> O Inquérito de Domingos de Abreu e Brito *{Um Inquérito à vida administrativa e económica de Angola e do Brasil}*. Edição Alfredo de Albuquerque Felner Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1931). A *Viagem Pyrard de Laval contendo a sua navegação às Índias Orientais, Ilhas de Madeira, Malaca e Brasil* (Edição Civilização, Porto, 1944) e finalmente: *A Razão do Estado do Brasil* (Ms da Biblioteca Pública Municipal do Porto que temos em preparação para publicação).

O Regime das capitanias do Mar (até 1536) e mesmos depois das Donatarias teve essencialmente a ver com a protecção das rotas e, com a última solução, com a posse da terra, mas por parte dos particulares mais do que numa aposta de desenvolvimento para a Coroa com o objectivo de ai ir buscar e de fomentar, a partir desse complexo, recursos financeiros para a mesma. Ainda que entre os motivos confessos e as realidades haja por vezes diferenças importantes, confessa o Monarca, ainda em 1548, que outra cousa o não movia para a instituição do Governo Geral que a cristianização dos gentios: “Porque a principal cousa que me moveo a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi pera que as gentes delas se convertesse a nosa santa fee católica”<sup>5</sup>. Por isso, nessas primeiras fases (importantes sem dúvida) as iniciativas o envolvimento e o entusiasmo com as novas terras, foi obra sobretudo de particulares e colonos deixados, por isso, quase sistematicamente sem o necessário apoio material e financeiro da mesma Coroa. (Fica desde já aqui o primeiro ponto para discussão). Uma Coroa, aliás, a breve trecho com míngua de recursos face às as enredadas e acumuladas dificuldades financeiras da Década de Quarenta de que resultaria a bancarrota e o fecho da Casa de Portugal em Antuérpia em 1549. (Exactamente na mesma altura em que, finalmente, pretendia meter mãos na magna empresa do Brasil).

Ora, essa responsabilização directa e de certo modo desamparada dos colonos por onde o Brasil começou efectivamente a existir, deu a estes também uma margem de manobra num espírito do “safe-se quem puder” que a médio e a longo prazo seria pernicioso para a Coroa em termos económicos e financeiros directos, mas altamente vantajoso e lucrativo para esses mesmos colonos agindo, quase sempre, depois, à margem da política e estratégias da Coroa. É certo que alguns

<sup>5</sup> *História da Colonização*, cit. III. 347.

sucumbiriam esmagados pelos encargos e dificuldades da primeira e grande tentativa de instalação do Homem branco nos Trópicos) mas a breve trecho e para os que sobreviveram, tais procedimentos volver-se-iam, num factor de sucesso e ultrapassadas as primeiras dificuldades para a generalidade da população branca aí instalada. A uma estratégia sempre e essencialmente mercantil por parte da Coroa, foi passando despercebida (ou esquecida) uma estratégia de Colonização e de ocupação de territórios que alguns desde meados do Século XVI vinham, aliás, preconizando para o próprio Complexo ou Eixo do Índico que continuou focalizando todas as principais atenções. Daí nasceria, até, o projecto de uma Nova Espanha em África em torno da ocupação do interior do Continente Africano e das suas zonas mineiras, voltadas ao índico. Diogo do Couto chegou a advogar essa solução (ou lhe daria ele voz nas páginas d' *O Soldado Prático*<sup>6</sup>. É interessante notar porém que, mesmo aqui, em íntima conexão com a expressão marítima Oriental, no “eixo” do índico.

Não obstante o toque de bom senso manifestado pelo Monarca com o abandono de algumas praças de África (que serviam apenas para perda de homens e de recursos) as índias Orientais continuaram a canalizar toda a atenção mesmo em altura em que se faziam já sentir preocupantes sinais de instabilidade e de desagregação.

Por virtude e por força dessa determinante, essencialmente mercantil, o aparecimento de outras soluções não resultaria. Por isso, o próprio Diogo do Couto acabaria, também ele, por advogar a continuação da expressão mercantil do Oriente<sup>7</sup>. Assim, essas possíveis soluções e alternativas como as expressões territoriais a que respeitavam, corriam, de facto, quase abandonadas, deixadas à sorte e à ventura dos mais audaciosos ou ambiciosos. Na verdade e na realidade quase sempre à margem da Coroa ainda que com seu conhecimento. Assim aconteceria

<sup>6</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, Sá da Costa, Lisboa, 1937, 225 e segs.

<sup>7</sup> *Idem*, 240 e segs.

quanto à alternativa africana de urna “Nova Espanha” em África (“que se fora dos reis de Espanha já houvera de estar descoberta, e concretizada”<sup>8</sup> como em relação ao Brasil e aos Donatários, como - na outra costa do Continente africano - com a “construção” de Paulo Dias de Novais.

A quando da atribuição da Donataria de Angola a este último, em 1571, o Monarca denuncia toda urna política em tudo paralela ao que se praticara ou praticava no Brasil: São bem claras e explícitas as suas concessões. “*Sem da minha Real fazenda lhe haver de ser dado ajuda alguma de dinheiro nem de outras cousas*”<sup>9</sup>. Diria Duarte Coelho, por seu turno, em relação aos encargos e dificuldades que a ocupação do território brasileiro - que o Monarca “generosamente distribuía: “*somos obrigados a conquistá-las por polegadas as terras de que V Magestade nos fez mercê por legoas sem qualquer outra ajuda que não seja do esforço próprio e de fazenda própria*”<sup>10</sup>.

Os primeiros interesses do Brasil correm por esses parâmetros como se pode avaliar também pelos encargos e imposições consignadas ao primeiro e aventureiro arrendatário do Brasil o primeiro, de facto, a apostar numa estratégia diferenciada no contexto da política global da Coroa inebriada com a recente chegada ao paraíso das especiarias, abrindo novos eixos de interesse e fixação. Sem quaisquer apoios da Coroa ficaria, ao invés, com onerosos encargos que preferentemente deveriam decorrer de uma política e estratégia Governamental: todos os anos equiparia por si seis navios com o objectivo de fazer a exploração do Continente em pelo menos trezentas léguas de costas, implantando fortalezas e a mantê-las como aos territórios “incorporados” para a Coroa,

<sup>8</sup> *Idem*, 226: “não sei como se não põe os ombros a cousa tamanha e tão necessária; se isso fora dos reis d’Espanha, já houvera de estar tudo descoberto e senhareado”.

<sup>9</sup> Brito, *Um Inquérito*. V

<sup>10</sup> Roberto C. Simonsen, *História Económica do Brasil. (1500/1820)*, S. Paulo, 1958, p. 86.

a expensas próprias, durante o tempo do seu arrendamento. E os posteriores seguiriam as mesmas normas e princípios. Não era estratégia nova, mas denunciava atitudes e opções bem diferenciadas. O esquema manter-se-ia com o regime das Donatarias. Dada, por então, a ausência das riquezas que fizeram, em tempos, de Fernão Gomes o homem mais rico e poderoso do reino, a generalidade sobretudo dos donatários ver-se-ia enredada em insucessos acumulados e sucessivos.

Submerso por dificuldades suplicava Duarte Coelho ao rei em 1542 isenção de sisa para certo número de “peças” que pretendia importar para defesa e protecção das terras de Sua Alteza. Negativo! Que não lho podia acordar enquanto não expirasse o prazo do contrato pelo qual arrematara a arrecadação do imposto!<sup>11</sup> (a ele que acabaria por ser o mais favorecido de todos os Donatários!). Em 1542 queixa-se dos grandes gastos e do seu endividamento ”por não poder sofrer tanta gente de Soldo” e Sua Alteza lhe não ter dado ainda acesso aos escravos de Guiné! Tão grandes encargos “como ate aquy soffry com o que estou muito gastado e yndividado”<sup>12</sup>.

Aos mais atentos o Brasil mais parecia terra de despejo de criminosos e degredados do que terras de efectiva colonização e fonte de recursos para a Coroa. Daqui adviriam directas dificuldades para o comércio da Coroa, para a estratégia e a acção dos donatários e para o relacionamento com as populações, criando graves e seriíssimas dificuldades no relacionamento com os autóctones: “Crea V. A que são pyores qua na terra que peste polio quali peço a V. A. que pollo amor de Deus tall peçonha me qua não mande mais” - suplicava Duarte Coelho.

Ora, foi em parte devido a esse “abandono” e “desleixo” da Coroa pela fixação e ocupação de territórios (que socorresse e apoiasse com recursos e gente de guerra e outro tipo de gente, a acção destes Donatários

<sup>11</sup> *História da Colonização, cit.* . III. 181.

<sup>12</sup> *Idem*, III, 314. Carta de 27 de Abril de 1542.

(como, aliás, muito bem frisou Abreu e Brito, relativamente também a Paulo Dias de Novais para Angola) que o sucesso da primeira fixação em terras brasileiras chegou seriamente a perigar a meados do Século. Directas responsabilidades caberão também aqui à ao Monarca pelas facilidades concedidas a estrangeiros após o primeiro arrendamento feito com Fernão de Loronha. Para além da concorrência directa, logo movida, também esta promiscuidade comercial em relação ao Brasil deve ser de tomar em conta no avolumar das enormes dificuldades que dentro de pouco surgiriam e que atrapalhariam, sobremodo, o Reinado de D. João III quando, de facto, começa a ser mais visível uma estratégia em relação ao Brasil. Mas a mudança não foi nem tão rápida nem tão radical como pediriam as circunstâncias a avaliar pelos avisos e queixas dos mais conscienciosos dos colonizadores e Donatários.

A ausência de uma política de colonização (efectivamente quase invisível com D. Manuel), o insucesso e as dificuldades do sistema eram a causa principal, sem dúvida. Divórcio entre os interesses da Coroa e os interesses dos Colonos. A falta de dados documentais seguros sobre esse primeiro período sublinhará também, por seu turno, este desinteresse durante todo o Reinado do Venturoso: "São tão escassos os documentos sobre a acção dos portugueses no Brasil durante o primeiro quartel do século XVI, que poucas datas e factos seguros se podem registar"<sup>13</sup>. Eis o que transmite Duarte Coelho para o Monarca em 1550 "desatento" ao apoio que era necessário dar a esta população: "afyrmo a V. A. que se por mym nam fora se queryam muytos yr da terra"<sup>14</sup>. As dificuldades cumular-se-iam rapidamente pela magnitude dos encargos de tão grosso empreendimento como pelo desapoio ou desinteresse da Coroa.

À altura da implantação do Governo Geral a população branca - que nos tempos anteriores teria ultrapassado já os dois mil colonos reduzia-

<sup>13</sup> Jaime Cortesão, *A Colonização do Brasil*, Lisboa, 1969, pp. 39-40.

<sup>14</sup> *História da Colonização*, III, p. 321.

-se, desertificando-se mesmo alguns lugares que primitivamente se haviam revelado de promissores para a rápida e fácil implantação de colonos. Decresceu também o número de engenhos a avaliar pelas informações recolhidas durante a década de cinquenta: 23 engenhos, quando esse número se registava já por 1545 a que acresciam outros em construção em torno de três importantes núcleos: S. Vicente, Espírito Santo e Pernambuco. A confissão de Pêro de Gois em 1546 é, por demais, elucidativo: Se Sua Alteza não acode vão as coisas de tal maneira “que em menos de dois anos se perderá todo o Brasil”<sup>15</sup>. Queixas do mesmo teor se ouvem, ainda, em Fr. Vicente de Salvador, o qual inculpa, mais uma vez, o desleixo e incúria dos Monarcas “*pelo pouco caso que hão feito deste tão grande Estado, que nem o título quiseram delle*”. Idêntico testemunho na Apologia do Brasil de Brandão: “muito maior coisa poderia ser o Brasil “*se Sua Majestade e os de seu Conselho quiseram pôr os olhos nelle*”.

Era o impasse da colonização, carente daquele conjunto de medidas e de efectiva protecção que só emergiriam como política “oficial” com Tomé de Sousa” que representa, sem dúvida, uma nova estratégia e um novo interesse. Diga-se agora, na verdade, que para além do confesso interesse da Cristianização se vê com clareza que há um efectivo esquema de aproveitamento dos recursos da terra ao delinear, no Regimento dado ao Governador Geral, uma administração económica bem precisa. A imposição e a necessidade de implantação das alfândegas reais em todas as Capitanias é aviso que surge apenas agora: “Em cada húa das ditas capitancias ordenareis que aja casas para alfandegua e contos e livros pera o negoceo das ditas casas”<sup>16</sup>.

Daí adviria o impulso com directa protecção aos povoados com a construção de defesas e de fortificações em torno de dezasseis dos mais

<sup>15</sup> *Idem*, III, 263. Carta de 29.4.1546.

<sup>16</sup> *Idem*, III, 351.

importantes povoados que iam “resistindo”, escorraçando outros pretendentes - que não eram poucos. Seria importante referir que à altura do Governo Geral eram já muitos os “clientes” em torno da Terra do Brasil pondo em sério risco os povoados portugueses! Muitos lugares eram já, na parte Sul, de “vassalagem” de Castela. Diz Tomé de Sousa: de S. Vicente ao Rio da Prata havia muitas armas de Castela.... mandei-as tirar e deitar ao mar”! (Alijar os franceses, porém, custaria, muito mais)! Desta situação não era isenta de responsabilidades a Coroa ao ter permitido o acesso ao comércio do Brasil de estrangeiros que tanto custariam depois a lançar fora das capitânicas e do dos litorais onde se acabaram por instalar. Criaram sérias dificuldades aos donatários e custariam denodados esforços aos primeiros Governadores gerais. A “limpeza” do Rio arrastar-se-ia até 1570.

Dessa notável acção (feita com poucos recursos e à custa de fazenda própria de que o próprio Governador Geral se queixa ao Monarca) emergiriam, de modo mais claro os gânglios fundamentais em torno dos quais se articulou toda a posterior fixação e colonização do Brasil: “S. Vicente-Santos, Pernambuco e Rio e, depois de restaurada, Baía” (ainda que aqui, como em Itamaracã, as dificuldades primitivamente tenham sido maiores). Espírito Santo era, à altura da instalação do Governo Geral, dos mais promissores núcleos: “he a melhor capitania e mais abastada que há nesta costa mas está tão perdida (1553) como o capitão delia” - testemunha Tomé de Sousa. Graves acusações à “oficialidade”: não fossem os desleixos dos funcionários régios - como os capitães - que na maioria das capitânicas “não os conhece a mãe que os pariu!” - dizia o mesmo em 1553.

Com maior ou menor intensidade a cana de açúcar fomentou esta primeira fixação e este primeiro desenvolvimento ganglionar. A população sedimentava-se em torno desta rica cultura, verdadeiro ovo de ouro da primeira ocupação territorial do Brasil. A população recompôs-se e cresceu

rapidamente. Povoamento, mesmo assim, não devidamente apoiado, a atendermos às queixas de colonos e dos próprios Governadores Gerais.

Os dados estatísticos seguros escasseiam andando os dados numéricos normalmente nas “estimativas”, tanto para os dados demográficos como para os volumes e valores da produção das diversas actividades económicas.

Segundo Magalhães Gândavo por 1570 os colonos rondavam já os 17.000 a que correspondia uma população já integrada nessa economia da cana (como na extracção do pau brasil e do algodão) de uns 30.000 habitantes. Pouco depois, por 1580-83, contam outros uns 25.000 brancos e uma população integrada de uns 57.000 habitantes. No fim do Século andaria nos 30.000 colonos com uma população integrada de uns 100.000 habitantes<sup>17</sup>.

Tem sido habitual apontar como primeiro engenho o Engenho do Governador instalado por Martim Afonso de Sousa em 1533<sup>18</sup>. Sabe-se, porém, que já antes andava a cana em cultivo junto de alguns núcleos de povoadores e, seguramente, em terras de Pernambuco. Segundo Herrera desde 1518 que gente, ida da Madeira, tinha moendas e engenhos na terra. Mais peremptória será, porém, a informação de que entre 1520 e 1526 se cobravam em Lisboa direitos do açúcar brasileiro proveniente de Pernambuco. Assim, o “engenho do Governador” será o primeiro, mas nos distritos do Sul, nas Terras de S. Vicente, com o qual, aliás, se procura evidentemente sedimentar e atrair ali mais população.

Por 1545-46 existiriam, segundo algumas fontes, uns 22 engenhos instalados, com outros em construção sendo seguro que na Baía, em 1546, já havia mais que um em construção e em 1548, em Paraíba do Sul, já existiam aí 6 engenhos (que, entretanto, serão omitidos nas

<sup>17</sup> Simonsen, 121.

<sup>18</sup> Jaime Cortesão, 78.

relações de 1570 e já efectivamente 3 em laboração em 1545 e não em construção, como se refere em outras fontes<sup>19</sup>.

À altura das informações de Gândavo os interesses destes colonos "desapoiados" ou esquecidos pela Coroa eram já bem consideráveis: de uns 23 engenhos em 1559 passa-se rapidamente a uns 60 engenhos em laboração produzindo mais de 3.000 arrobas por ano. Pouco depois, só em Pernambuco, umas 36 unidades. Somariam os 60 em 1570 (ao que julgo mais, a avaliar por um relato tirado após a morte de Estácio de Sá - 1567 em que se refere na maioria das capitánias uma média de 8/10 engenhos e nas restantes 3/4: "em todas estas capitánias há engenhos as que menos tem são três e quatro e as outras de oito e dez". Em 1579 Olinda e arredores (em Pernambuco) contava com uns 50 engenhos e por 7=83 Baía e Pernambuco constituíam-se no maior núcleo com uns 115 produzindo mais de 200.000 arrobas por ano. Aponta-se o total de 118 na Colónia com a produção de 350.000 arrobas. (Ao que referem outros, uns 121 engenhos (84% dos quais concentrados nestas duas capitánias. Isto é, 102 unidades só nestes Distritos). Mas ou esta avaliação ou a anterior andam erradas. Por esta última, a produção dos 115 de Pernambuco Baía produziriam para cima das 340.000 arrobas. Mas o Inquérito de 1591 refere que só os 63 de Pernambuco (e só refere 63 contra 66 que se referiam já para 1585) produziam mais de 378.000 arrobas!.

O seu número crescia em todos os Distritos com a sua máxima concentração em Baía-Pernambuco. O Inquérito de 1591 além dos referidos assinala, então, que por todo o lado existiam ainda muitos outros engenhos: uns quase acabados, outros em construção. A produção era, então, bem considerável produzindo grosas fortunas. Quer dizer: o ciclo açucareiro das Ilhas sofria o seu primeiro rude golpe. Manteria a

<sup>19</sup> *História da Colonização*, III, 259, 262-63.

preferência pela sua qualidade (sobretudo o de S. Tomé) mas começava a ceder nas quantidades produzidas. Desde aí nunca mais lhe pôde fazer concorrência.

Deve dizer-se que por esta altura - 1570-1580 existia já um forte interesse pela colonização e pela implantação do metropolitano no Brasil essencial e fundamentalmente atraído pela actividade “integrada” da cana.

Mas é nos tempos posteriores que nos parece arrancar, em definitivo, a colonização e ocupação do Brasil, coincidente grosso modo, com a administração filipina. (Ficará aqui outro interessante ponto para discussão). Uma população por vezes já bem enriquecida (senhores de Engenho, com fortíssimos interesses comerciais a ela ligados. Não só no Brasil como, naturalmente, na metrópole em torno dos portos ditos “secundários”, diga-se que na perspectiva do comércio do Índico mas primários, em relação a esta nova realidade económica atlântica que crescia mesmo que a Coroa lhe andasse, em grande parte, desatenta. Todos em torno de um comércio atlântico, seja americano, seja também africano, que irá disparar de modo inusitado, cada vez mais intenso a partir daí com a requisição em número cada vez mais avultado de mão de obra saída, preferentemente, das costas de Guiné e de Angola. A Cana, esta colonização - quase á margem da Coroa - ocupava pela primeira vez de modo consequente não só as estradas como o espaço global do Atlântico não obstante a emergência crescente de outros fortes concorrentes. Numa rede triangular, com fortes ramificações nos próprios *hinterlands* metropolitanos e penetrando já nos brasileiros.

Não deixa, por isso, de ser curioso - mas é altamente sintomático - que ao decretar-se a abolição do monopólio régio em 1570 com o objectivo tácito de interessar mais largos estratos metropolitanos no comércio do Oriente - os seus resultados tenham sido frustrados. Os interesses de uma classe média, que englobava uma larga fatia da

população activa metropolitana, estão já catalizados em tomo de uma colonização e de um comércio cada vez mais atractivo, que produzia já riqueza considerável, “interessando” estes segmentos sociais, que não apenas a burguesia mercantil. Estes importantes estratos médios estão já definitivamente voltados e mobilizados por esta colonização da terra brasileira, feita e construída a expensas e sacrificios próprios e onde, de facto, há também, sem dúvida, outra liberdade de movimentação. Por isso, pouco ou nada lhes diria as “liberdades” comerciais acordadas em 1570. Este importante estrato populacional - que corta transversalmente todos os segmentos sociais que normalmente andavam arredados da empresa do índico, (mercê de vários factores e linhas de força que não importa aqui desenvolver), crescendo rapidamente nos tempos posteriores, está definitivamente imbricado nesta Colonização e na ocupação e exploração destas rotas e caminhos marítimos “próximos” construindo um Atlântico concentrado mais à medida das suas posses e dos seus interesses.

Eis, *em flash* rápido, o que Duarte Coelho mete pelos olhos dentro ao Monarca do qual se vê desapoiado no esforço de conquista da terra para a Coroa de Portugal: toda essa amálgama de gente onde não se vêem nem as togas da grande nobreza nem os “brozeguins” de ouro da grande burguesia:

“entre todos os moradores e povoadores huns fazem enjenhos daçuquer porque são poderosos pera yso outros canaveaes e outros algodoaes e outros mantymmentos que he a princypall e mais necessarya cousa pera a terra outros huzam de pescar que outro sy he muy necesario pera ha terra outros huzão de navyos que andem buscando mantymmentos e tratando pella terra conforme ao regimento que tenho posto outros são mestres demjenhos outros mestres daçuqueres, carpymteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros, e ofycyaes de formas e synos pera os açuqueres e outros ofycyaes que ando trabalhando e gastando o meio

## Aurélio de Oliveira

por adqerir pera terra e os mando buscar a Portugal e a Galysa e às Canareas ás minhas custas e alguns que os que vem a fazer os enjenhos trazem e aquy moram e povoam delles solteiros delles casados aquy czisa que se há de ter pera povoar terras novas e tão alongadas do reino e tão grandes como estas e de que se espera tanto bem e proveito asy pera o servyço de Deus como de V. A e pera bem de todos os seus reinos e senhorios”<sup>20</sup>.

Desta alargada clientela que se vinha envolvendo na aposta brasileira, deixaria Fernandes Brandão, mais alargado relato: “deveis de saber que este estado do Brasil todo, em geral, se forma de cinco condições de gente, a saber: marítima, que trata de suas navegações, e vem aos portos das capitánias deste Estado com suas náos e caravelas, de fazendas que trazem por seu frete, aonde descarregam e adubam suas náos, e as tornam a carregar, fazendo outra vez viagem com carga de assucares, páo do Brasil e algodões para o reino, e de gente desta condição se acha, em qualquer tempo do anno, muita pelos portos das capitánias. A segunda condição de gente são mercadores, que trazem do reino as suas mercadorias a vender a esta terra, e commutar por assucares, do que tiram muito proveito; e daqui nasce haver muita gente desta calidade nella com suas lojeas de mercadorias abertas, tendo coorespondencia com outros mercadores do reino, que lh’as mandam, como o intento destes é fazerem-se sómente ricos pela mercancia, não tratam do aumento da terra, antes pretendem de a esfolarem tudo quanto podem. A terceira condição de gente são officiais mechanicos de que ha muito no Brasil de todas as artes, os quaes procuram exercitar, fazendo seu proveito nellas, sem se alembrem por nenhum modo do bem commum. A quarta condição de gente é de homens que servem a outros por soldada que lhes dão, occupando-se em encaixamento de assucares, feitorizar

<sup>20</sup> *História da Colonização*, III320 (Carta de Duarte Coelho para D. João III. 1549).

cannaviaes de engenhos e criarem gados, com nome de vaqueiros, servirem de carreiros e acompanhar seus amos; e de semelhante gente ha muita por todo este Estado, que não tem nenhum cuidado do bem geral.

A quinta condição é daquelles que tratam da lavoura, e estes taes se dividem ainda em duas especies: uma dos que são mais ricos, tem engenhos com titulo de senhores déliés, nome que lhes concede Sua Magestade em suas cartas e provisões, e os demais tem partidas de cannas; outra, cujas forças não abrangem a tanto, se occupam em lavrar mantimentos de legumes. E todos, assim uns como outros, fazem suas lavouras e grangearias com escravos de Guiné, que pera esse effeito compram por subido preço; e como o do que vivem é sómente do que grangeam com os taes escravos, não lhes soffre o animo occupar a nenhum delles em cousa que não seja tocante á lavoura, que professam de maneira que tem por muito tempo perdido o que gastam em plantar uma arvore, que lhes haja de dar fructo em dous ou tres annos, por lhes parecer que é muita a demora: porque se ajunta a isto o cuidar cada um delles que logo em breve tempo se hão de embarcar para o reino, e que lá hão de ir morrer, e não basta a desengana-los desta opinião mil difficuldades que, a olhos imprevistos, lhes impedem pode-la fazer. Por maneira que este presupposto que tem todos em geral de se haverem de ir pera o reino, com a cobiça de fazerem mais quatro pães de assucar, quatro covas de mantimento, não ha homem em todo este Estado que procure nem se disponha a plantar arvores fructiferas, nem fazer as benfeitorias ácerca das plantas, que se fazem em Portugal.”

Crerem os interesses destes particulares na década de noventa como nos primeiros anos do Século XVII. As terras do Brasil parecem, inclusivé, ter surgido como válvula de descompressão ou de compensação para difficuldades várias que affectaram a economia e a população metropolitanas. Pela primeira vez nos surge o que nos parece

ter sido o a resposta às dificuldades quer por parte do governo Central quer por parte do local - dos Municípios - acossados por dificuldades de momento. O Brasil surge, então, como solução mais azada e vantajosa para “despejar” algumas populações metropolitanas. Acelerava-se a emigração. Não entendo de outro modo as determinações e as facilidades acordadas a essa imigração “generosa” para o Brasil por parte do poder central e do Município do Porto, por exemplo, com acontece em 1597, dando todas as facilidades e apoiando todos aqueles que quisessem emigrar oferecendo “idas de graça” para o Brasil. (Não se negam outros factores e outras causas. Mas constituirão elas também motivos para discussão).

Por 1610 a produção açucareira do Brasil, segundo alguns, atingia já mais de 4 milhões de arrobas por ano. E os testemunhos parecem condizer com tão avultado sucesso agrícola a que respondia igual trato nos mares do Atlântico. Boas fortunas individuais em torno dessa actividade quer na cultura quer na laboração industrial da cana, quer nas actividades subsidiárias e complementares (que a economia integrada do engenho requeria), como ainda a outras actividades igualmente importantes como é a agricultura do tabaco e do algodão e da pecuária.

Todavia, e os testemunhos disponíveis (ainda que com algum exagero) também condizem, esta próspera economia - que enche e engorda os particulares: produtores, transformadores, transportadores e distribuidores e até um funcionalismo que para ali se desloca ao seu serviço transportando as instituições (e vícios) da Metrópole - contrasta com a situação efectiva da Coroa.

Este Brasil esvazia ao longo da segunda metade do Século XVI e parte do XVII os cofres da Coroa. Não a enriquece. Ao contrário dos colonos, parece até continuar a empobrecer-se. Pelo menos, manifestamente, não cresce na proporção da efectiva riqueza dos colonos e da capacidade da terra. Naturalmente fruto da sua desatenção quanto às

reais potencialidades e realidades da mesma. O Brasil apresenta déficit para a Coroa. O “negocio brasileiro” não dá lucros ou, na melhor das hipóteses, não faz crescer as rendas dessa mesma Coroa. Esta anda efectivamente distraída com o que se passa em terras de além Atlântico ou persiste, teimosa, com a cabeça metida nas “especiarias” do Oriente que, mesmo em recessão, não deixam ver outras realidades. Há uma notória incapacidade de reconversão ou de visão face ao tipo de economia de sociedade que, às espaldas dos seus interesses, se desenvolvia ali.

Demos a palavra aos conhecedores da economia brasileira “foi a iniciativa particular que caracterizou o desenvolvimento da indústria açucareira cooperando com os esforços dos donatários comerciantes portugueses (não as instituições da Coroa ou o Monarca) adiantavam dinheiro aos colonos para a montagem dos seus engenhos e outros se associaram com os respectivos senhores. Muitos colonos de menos posses arrendavam terras próximas e recebiam de seus proprietários pagamentos em açúcar pela cana que lhes entregavam. Na Baía o Governador estabeleceu aí um lagar para serviço dos colonos em cooperativa. Muitos conseguiram, assim, a sua independência montando, de seguida, os seus próprios engenhos”<sup>21</sup>. Tudo passou ao lado das iniciativas estatais (salvo algumas privilégios e isenções ao cultivo e ao comércio decretados a favor dos donatários e povoadores. Mas alguns ver-se-iam reduzidos pouco depois como a abolição da taxa de 20% na entrada dos açúcares (com o fim evidente de proteger os interesses instalados na Madeira, em franca perda e retrocesso).

Ao contrário de tudo o que se passava com o comércio e a “Empresa” Oriental, todo este quadro se apresenta reduzido em área, reduzido em riscos, reduzido em encargos. E este foi um dos grandes sucessos desta colonização que atraiu, normalmente os estratos populacionais que não

<sup>21</sup> Simonsen, 98.

## Aurélio de Oliveira

apresentavam as mesmas capacidades financeiras da grande burguesia ou da grande nobreza que se envolvia com o Oriente, fosse de iniciativa própria fosse, mais frequentemente, arjoadas nos privilégios da Coroa.

Para além da extensão das linhas europeias tradicionais este quadro tem e apresenta como limite geográfico máximo de irradiação um Atlântico “reduzido”, concentrado, não descendo na costa africana além do Luanda-Cuanza - Benguela onde, no testemunho de Abreu e Brito se fazia, por 1590-91, um activo trato não só de escravos como de gados. É este último aspecto de sublinhar porque poucas vezes se tem em devida consideração. Tão importante era este negócio nas imediações de Benguela que - tendo ele percorrido toda a costa desde a Ponta do Cabo Negro até à foz do Cuanza - propunha ao monarca que tal tráfico fosse arrendado em separado por ser muito grosso e lucrativo e “de muitas riquezas”<sup>22</sup>.

Quer dizer: um quadro geográfico à medida dos segmentos médios dos estratos populacionais da metrópole à partida sem os grandes riscos e encargos que impunham a aventura do índico ainda que de retornos menores e mais lentos. Menores volumes de investimento se bem que para alguns empreendimentos eles tivessem de ser consideráveis. Lembre-se que a instalação do complexo do engenho exigia uma verdadeira fortuna para a época: uma média de uns 30 a 35.000 cruzados que poucos senhorios metropolitanos podiam ostentar como renda. Arrendo do Arcebispo de Braga por 1582 - segundo Fr. Luís de Sousa não ia, na melhor das estimativas, além dos 20-25.0000 cruzados<sup>23</sup> Acrescia uma margem de manobra que de modo algum se permitia no comércio do Oriente.

<sup>22</sup> Brito, XI. Mas também aqui as “perdas” de S. Alteza eram enormes. Por essa altura andavam nas mãos dos arrendatários de Angola, uns 12.000 cruzados “incobráveis”... (Virginia Rau, *Os Manuscritos da Casa de Cadaval*, Coimbra, 1956, I, pp. 6-7).

<sup>23</sup> Fr. Luís de Sousa, *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, Sá da Costa, Lisboa, 1946, I, pp. 81-84.

Os resultados estão patentes, meado o Século XVI, para algumas das terras metropolitanas cujos filhos se envolveram nessa aventura atlântica como é o caso manifesto e consabido de Viana do Castelo. Mas o testemunho de Fr. Luís de Sousa tem que ser mais alargado; ao Porto em particular (como ainda Vila do Conde) e mesmo algumas terras mais do interior como é o caso explícito de Braga cujas nobrezas (ou certas capas da Nobreza e da Fidalguia) andam intensamente envolvidas neste quadro atlântico. Crescimento e processo que se avolumam e se consolidam durante toda a segunda metade do Século, praticamente sempre a espaldas dos interesses e envolvimentos directos do Monarca ou da Coroa. A meados do século, o Brasil concorria já fortemente para o grandioso “comboio” hispânico que sulcava o Atlântico “saímos dos Açores (diz H. Staden em 1548) na companhia de uns 100 navios de Portugal e de Espanha”. Voltemos a testemunhos brasileiros: os resultados tornam-se, então, mais que visíveis, “fizeram-se rendosas fortunas e mesmo um luxo desmesurado passou a imperar sobretudo nas capitânicas do Norte: Pernambuco, Itamaracã, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte<sup>24</sup> enquanto a Coroa se continua a lamuriar e a acusar perdas. Em 1559, quando a riqueza dos colonos é já bem manifesta, o Brasil é de todas as possessões a que menos ingressos dá à Coroa. Muito menos por que Cabo Verde ou S. Tomé<sup>25</sup>. Simonsen assegura que até finais de Século XVI a Colónia seria para a Coroa sempre deficitária<sup>26</sup>.

A população por 1600 ultrapassaria já os 100.000 habitantes com cerca de 1/3 de brancos aí instalados. De cerca de dois mil colonos a altura da Instalação do Governo Geral passa-se para cerca de uns 35.000. Um salto na verdade, bem significativo. O suporte era essencialmente a

<sup>24</sup> Simonsen, 120.

<sup>25</sup> Matos, *Les Portugais en France au XVI. Siècle*, Coimbra, 1952, pp. 292-93; Luiz de Figueiredo Falcão, *Livro de Toda a Fazenda Real*, Lisboa, 1859, pp. 27-28.

<sup>26</sup> Simonsen, 92.

cana do açúcar.

Logo depois (1610) os engenhos de açúcar andavam entre 200 e 400 unidades com uma produção estimada para este último ano de uns 4 milhões de arrobas - segundo Laviá. Com algum exagero, certamente, pois em 1611 outras fontes dão números mais reduzidos. De qualquer forma, também estes nos parecem incompletos. Refira-se que S. Vicente contava em 1545-46 uns 6 engenhos e nenhum se refere para esta distrito em 1610 nesta última fonte. Pernambuco, onde se registava a maior concentração, contava com 90 engenhos; Itamaracã, vizinha pelo Norte, uns 10 ou 12 e Baía, ao Sul, umas 50 unidades. Não temos dúvida que o número de engenhos ultrapassava seguramente as duzentas unidades. Aliás, o enorme salto verificado de 1620 para 1629, de umas 192 unidades para 350, deixa supor que as contagens anteriores pecarão todas - e bem - por defeito ! O número de 192 (referido para 1612-18) deverá, mais seguramente, reportar-se aos de Pernambuco, Itamaracã e Paraíba que de si produziam, segundo Brandão, por 1618, umas 500.000 arrobas “podendo ocupar bem 130/140 a 200 embarcações na sua extração”. Ora, na relação de 1629 esses três Distritos somavam exactamente as 192 unidades: 150 em Pernambuco, 24 em Itamaracã e 18 no Rio quando para S. Vicente - Santo Amaro se não refere nenhum sendo certo que até aí manteve sempre em funcionamento entre 6 e 4 unidades, pelo menos. Para além destes dados, algo incertos, fica a certeza do seu rápido crescimento durante a administração filipina como bem evidente também que os engenhos andariam fazendo, de facto, grossas fortunas abrindo directamente para o período de ouro do Brasil. Assegura Simonsen que graças a esta “economia” entre 1600 e 1700 se registou o Brasil o maior rendimento per capita da sua História<sup>27</sup> - coisa que o ciclo do ouro não permitiu igualar.

<sup>27</sup> *Idem*, 121.

Ora, a par desta situação sobre o terreno e sobre o tecido económico em geral (que efectivamente se não reduzia exclusivamente à cana), como se vem referindo, os lucros para a Coroa ou não existem ou são muitos escassos.

O trajecto e o montante dos arrendamentos confirmam isso mesmo para o Século XVI, sempre insignificantes em relação aos de outras proveniências: desde as Ilhas ao Oriente. Os arrendamentos a Fernão de Loronha (e outros posteriormente a 1505) corriam na fasquia o dos 4.000 cruzados/ano. Coisa na verdade insignificante. Um carregamento do pau brasil de 120 toneladas valia em Lisboa mais que isso. E em termos de comparação com os produtos do Indico a mesma tonelagem valia sempre, com toda a segurança, dez vezes menos! Mas é um facto que, mesmo assim, eram bem vantajosos para o arrendatário (e associados nos tempos posteriores).

Cá Masser - um espião que farejava as naus e os armazéns de Sua Alteza para mandar as informações aos seus patrões de Veneza - confirma estes mesmos factos. Magreza de lucros do Comércio do Brasil. Não obstante, já bem lucrativo para os particulares: uma margem bem confortável de ganhos sobre o esforço investido!

Os “prejuízos” para a Coroa eram manifestos. Acumulavam as perdas que não pararam com a instalação das Capitánias. Com os ataques dos corsários incluídos (que não pilhavam só nas frotas do Brasil, é certo) acumulavam-se e subiam os desaires, em particular desde a década de 1530. E repare-se neste pequeno naco de prosa, que bem sublinha o que vimos trazendo a discussão: “*Misterio grande foi o fazer-se a primeira despesa a fim de cousa que o não merecia*”<sup>28</sup>.\*

A pirataria não pilhava só no mar. Em terra fizera graves rombos à Coroa. Os franceses no Rio de Janeiro carregavam pimenta ao desbarato!<sup>28</sup>

<sup>28</sup> Fr. Luis de Sousa, *Anais de D. João III*, Sá da Costa Lisboa, 1951, II, p. 262.

Só num ano, conta-nos Tomé de Sousa, terem eles ensacado mais de 50 pipas e: “mais continuarão a tirar quanta quiserem se sua Alteza não prover e investir na defesa da terra”!<sup>29</sup>.

Em toda a primeira metade do XVI os lucros (que se limitavam às receitas dos arrendamentos) não cobriam manifestamente os encargos: Perdas acumuladas praticamente durante todo o reinado de D. João III: “o Brasil não somente não rendeu de vinte anos atégora o que soía; mas tem custado a defender e povoar mais de 80.000 cruzados”<sup>30</sup>.

Depois de meados do Século e já com o Governo Geral a realidade para a Coroa mantém-se não obstante produzir para os particulares boas fortunas. O mesmo Cavaleiro de Seure - agente diplomático do rei de França, mas acima de tudo outro espião - dá-nos conta da insignificância do Brasil em termos económicos e de receitas para a Coroa: “Terras do Brasil onde os portugueses começaram de povoar sete vilas a saber Pernambuco, as Ilhas Baía, Todos os Santos onde reside o Governador, Espírito Santo, S. Salvador, Porto Seguro e S. Vicente onde há já vinte e três engenhos de fazer açúcar renderá por ano incluindo o pau brasil e o açúcar, uns 12 mil escudos”<sup>31</sup>.

Mas, segundo dizem outros, com Mem de Sá (presume-se que ao fim do seu Governo, em 1572) as rendas teriam crescido muito! Uns 6.000 cruzados! “tornou-se assim possível um considerável aumento das rendas da Coroa que atingiram quase 6.000 cruzados”<sup>32</sup> isto é: dois contos e quarto centos mil reis. Mas consideramos estes valores quer em termos absolutos quer relativos, verdadeiramente insignificantes! O que se sabe dos tempos posteriores parece confirmar essa insignificante magreza dos lucros para a Coroa.

<sup>29</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, 1971, t. IX, 205.

<sup>30</sup> Fr. Luis de Sousa, *Anais*, II, 274.

<sup>31</sup> Luis de Matos, 293.

<sup>32</sup> *O Império Luso-brasileiro. 1500-1620* “Nova História da Expansão Portuguesa”, Lisboa, 1992, VI, p. 159.

Por 1591 o esquema mantém-se: fracas ou insuficientes receitas para a Coroa que parece continuar a desconhecer as potencialidades da “riqueza” brasileira” face à efectiva realidade económica dos colonos e bons lucros para os particulares que a expensas próprias investiam na colonização”, neste sistema integrado, na fixação (embora mais lento nos retornos produzidos) - que não essencialmente no transporte como era o do sistema simples Oriental. Segundo Abreu de Brito, que na terra fez minucioso Inquérito e “em segredo”, os rendimentos e direitos para a Coroa eram irrelevantes podendo, porém, como prova, produzir, com outro interesse e atenção, bons lucros. Só o açúcar de Pernambuco para além dos dízimos, e outros direitos, deveria render para cima de 75.600 cruzados. Andavam arrendados para a Coroa por 28.500. Que grossa maquia ficava logo nas mãos destes apostadores do negócio do Brasil! As “ordenanças” de D. João III de 1548 que impõem as alfândegas em todas as capitanias, com livros de fazenda, de registo de dízimos e de Conto<sup>33</sup> ou não funcionavam de facto para a Coroa ou os seus funcionários andavam preocupados com outras realidades. E a Coroa, pouco ou nada terá feito para levar à prática o rigoroso cumprimento dessas medidas.

Entra-se pelo Século XVII. Praticamente a mesma constante, à medida que mais se avolumam as fortunas particulares: Figueiredo Falcão no *Livro de toda a Fazenda* deixa-o manifesto. Os direitos dos dízimos para a Coroa rendiam 42 contos. As despesas superavam-nos em mais 351.867 mil reis<sup>34</sup>e o mesmo se podia dizer do pau-brasil). E o pau - de 1505 a 1515 (terminado o primeiro contrato com Fernão de Loronha) deixava nas mãos dos arrendatários uns 36.000 ducados por ano! Um grosso encaixe anual. Tomou, depois, a Coroa directamente o trato subindo o arrendamento. Andava nos 16 contos em 1593 passaria

<sup>33</sup> *História da Colonização*, III, pp. 351-353.

<sup>34</sup> Luiz de Figueiredo Falcão, *Livro de Toda a Fazenda*, cit., p. 27.

aos 21 em 1602 e aos 24 em 1619. Mas os encargos levavam tudo! Figueiredo Falcão anota que do arrendamento de 1602 ficaram para o Monarca uns míseros 200 cruzados!<sup>35</sup>. Era do monopólio régio, mas os particulares traficavam nele quase à vontade e os mesmos oficiais da Fazenda de Sua Majestade não deixavam o pau por mãos alheias: “tirando todo o pão q por suas industrias podem fazendo vendas delle as urcas de todas as partes Frandres, França e todas as partes q ao dito Porto (de Pernambuco) de continuo vão e assi navios de Viana, Porto e Algarve”<sup>36</sup>.

Mas a avaliar pela percentagem com que com que passam a entrar nos cofres da Coroa, a fase da administração filipina marca, efectivamente, uma nova etapa que deve ter sido directo reflexo do incremento da Colonização e ocupação do Brasil. Aliás, os Inquéritos e Relatórios sucedem-se a partir de então e têm esse implícito objectivo. Há uma evidente preocupação de introduzir maior racionalidade e controle sobre as receitas. Pelos números, sempre arbitrários que vai sendo possível apurar, teria passado de 1% durante toda a o tempo anterior, para os 2,4% nem 1583-88 e quase os 5% em 1619<sup>37</sup>.

*A Razão do Estado do Brasil*, praticamente da mesma altura, segue de perto estes dados: Todas as Capitánias eram deficitárias para a Coroa salvo Pernambuco e Paraíba, um pouco a de Sergipe. O que nestas colhia a mais ia para os encargos com as outras. Pouco ficava líquido para a Coroa. Os particulares acumulavam fortunas que “envergonhavam” nitidamente estas receitas da Coroa! E uma Coroa com a cabeça de avestruz metida na pimenta do índico, registando insucessos sobre insucessos e em cujo caniço depenavam, duramente, holandeses e ingleses!

<sup>35</sup> *Idem*, 29.

<sup>36</sup> Abreu e Brito, 67.

<sup>37</sup> *O Império Luso-brasileiro*, 288.

Razão haverá para se afirmar que até inícios do Século XVII a Colonia foi efectivamente deficitária para a Coroa. Lucravam, porém os particulares e muito. E é isso que se extrai de modo liminar do *Inquérito* de Abreu de Brito. “Desleixo” e abandono da Coroa; colonos que enriquecem desmedidamente a par dos traficantes agentes do Comércio e do próprio funcionalismo que, ainda mais que ao jeito da Metrópole - com o ceptro real bem longe - não desdenhava da outra lucrativa ”indústria” - a da administração! O caso dos arrendamentos em que são manifestamente coniventes os funcionários régios, é paradigmático mostrando-nos que efectivamente os valores desses arrendamentos pouco têm a ver com a realidade económica sobre o terreno!

Dê-se a palavra ao autor do Relatório - que servirá também para nosso comentário:

“Pella informação que em çegredo tirei os diz. mos dos açúcares, criaçõis, gados e Pescados farinhas e todas as mais meuzas andam arrendados em vinye e oito mil e quinhentos cruzados valendo de Renda passante de oytenta mil”.

Em a Capitania de Pemambuquo há sesêta e tres engenhos daçucares os quaes moem e fazem cada hum em cada safra mais de seis mil arrobas daçucar... o que vem a fazer trezentas e setenta e oito mil arrobas daçucar”.

Das quaes pertencem ao ao diz. mo de V. Mag.de trinta e sete mil e oitoçentas arrobas ... as quaes vendidos a dous cruzados cada huâ (no mínimo) fazem soma de setenta e sinco mil e seis çentos cruzados”.

Entendosse que há em outras Comarcas de Pernambuco outros muitos engenhos; hús começados e outros não acabados que com facilidade se saberá os que de novo tem lançados a moer muito mais rendimentos avera nos diz.mos de V. Mag.de”.

Entendendo que os setenta e çinco mil e oito çentos cruzados he somemnte o q valem os diz.mos dos açucarres somente, sem todas as outras achegas de diz.mos (de outros géneros, como os gados, farinhas,

pescados ... somente nos açúcares perde a faz.da de V. M.de quarenta e sette mil e seis çentos cruzados”.

Em as comarcas de Pernambuco ha muita quantidade de criações de guados môr mente Bois e Vacas por ser muito neçessario pera fabrica, usança e lavrança dos engenhos ... que por isso valem belíssimos preços a qual causa não nace de haver poucas criações mas a fabrica dos engenhos e a terra ser muito povoada e não por haver poucas criações”.

Uzase geralmente em todas as Capitánias do Estado do Brasil, lograrle os donos dos engenhos das liberdades que os Sores Reys destes reinos lhes concederão de não paguarem em hum çerto tempo direitos dos açúcares avendo respeito ao muito gasto que fazião do dia que os começavam a fazervos engenhos ate o que começam a lavar os quais se apegaram à dita mercê que sempre lhe corre o tempo do privilegio no que não ficão sem culpa os officiais da fazenda ... pelo que tudo devia ser bem anotado e registado para que neste Reino houvesse ordem nas alfandegas para se evitar a fraude em tais cargas e descargas”.

Tem ainda por uso e costume os donos do engenhos venderem os tais açúcares em cegredo fazendo conçerto com os mercadores que lhes compram os açúcares e lhos dão forros de direitos pelo preço ser mayor ordenando que os mercadores que os tais açúcares comprão os despachem em nome dos ditos donos dos engenhos e os feitores dos ditos mercadores que os despachão como procuradores dos donos dos engenhos nas Alfandegas deste Reyno. Pellos quaes conluyos claramente se mostra ser enganada a Faz.da de V. Mg.de e consumirem-se os bens da coroa Real”. (A isso se poderia juntar o testemunho da *Razão do Estado do Brasil*, quando refere o grosso quinhão que as religiões ali comem à Coroa: “por este caminho fica o estado cheio de piedade (!...) e desaparecem muitas rendas à Fazenda de Vossa Alteza”<sup>38</sup>).

<sup>38</sup> Biblioteca Pública Municipal do Porto. Ms. Nº 126. *Razão do Estado do Brasil*, fl. 3.

Deverá por isso o Monarca fazer relação exacta de todos os engenhos “em Pernambuco e mais partes do Brasil de todos os engenhos que há em cada húa das capitánias anotando os prazos do privilégio, nomeando-os com seus donos ”para que por esta via se atalhe ao engano que fazem a faz.da”.

E assi defender aos escrivães e tabeliães que não fação as tais procurações da trespassação dos açucares, tirando primeiro ymformação em segredo se os procuradores são pessoas que tenham posses para compraré tais açucares ... pois por esta maneira evitaria V. M. o serem os tais procuradores Senhores dos ditos açucares - e desta maneira se usurpão os direitos de V. Mg.de”.

Todos os homês que aqui prantão canas usam da mesma liberdade que os mesmos senhores do Engenho os quais feitas suas roças e convertidas em açucares usam do mesmo conluyo, vendendo os tais açucares como lavradores e dizem que os carregam por seus para não pagarem direitos nas alfandegas ... e assi fazem para seu proveito e perda de V. M. . Grande responsabilidade cabe nisso aos oficiais da Fazenda de V. Magestade. E assim muitos fazem no primeiro ano roças ... e plantadas feitas ou arrendadas ficam por lavradores gozando das mesmas liberdades. Os oficiais passam certidões atestando-os por lavradores. O mesmo fazem os oficiais da Fazenda e da Justiça e Câmaras fazendo-se todos passar por lavradores”.

Remata Abreu de Brito:

“É grande a grossidão da terra na qual há muitas e grandes criações. Não tratando dos navios e naos e urquas que vem das partes estrangeiras carregadas de pescados secos como peixes paos e bacalhaus que rendem grossos dízimos. Os oficiais de V. M. metem mão no trato do pau brasil “fazendo vendas dele para todas as partes principalmente para Flandres e França e assi navios de Viana Porto e Algarve”. Idênticos conluios se verificam com a compra e venda de escravos. E ainda nos encargos dos

embarques dos açúcares, dizendo que é para seguro dos fretes ... mas que no fundo é para proveito próprio. Ainda gastos fantasma com as causas etc..

É grande a navegação de Pernambuco para a Metrópole e ainda para França, Inglaterra, Amburgo e outras partes”<sup>39</sup>.

Eis um exemplo que em rápida radiografia, nos elucida dos “descaminhos” da Fazenda e da Coroa e dos estratagemas e vias de desforra encontrados e praticados pelos colonos. Em grande parte motivados pelo primitivo desinteresses da Coroa - que depois não foi capaz de inverter a situação - embora esta realidade atlântica brasileira - sempre com larguíssima margem para os particulares - lhe viesse a ser largamente útil no decurso sobretudo do Século XVII.

As informações da *Razão do Estado do Brasil* como brevemente se poderá ver e apreciar com mais pormenor<sup>40</sup> - sublinham o que vimos afirmando. Grossíssimas fortunas que desde os inícios do XVII se formavam na mão dos particulares e arrendatários e magreza dos lucros da Coroa.

Segundo este memorialista os arrendamentos andavam desde o início do XVII passante dos 100.000 cruzados (106.000 em 1602, saltando para os 125.000 nesse ano de 1612. Mas poderiam - reformando-se a administração e todos os abusos ali cometidos - subir de um dia para o outro em mais de um milhão de ouro. Isto é, dos 40-50 contos para os 400 contos! Como se “desforravam” estes colonos do Brasil!

Esses rendimentos e tais crescimentos representavam para o erário o que poderíamos designar, na verdade, acréscimos negativos: ”porquanto o aumento natural das cousas ditas cada dia irão a menos porquanto o aumento natural do pouco que está povoado tem subido a mais do que

<sup>39</sup> Abreu e Brito, 57-81.

<sup>40</sup> Depois de há muito prometida, iremos proceder de imediato à sua publicação integrando-a na *Colecção Cabralia*. Faculdade de Letras do Porto. Porto. 2.000.

se esperava, sem arte ou benefício ... hoje vai cada dia sendo maior o empenho dos moradores com os homens de negócio”<sup>41</sup>. Pudera! E ainda bem para a ocupação da terra!

Mas terá sido também certamente por isso que a Colonização obteria aí o sucesso que não se verificaria por outras partes. O Brasil foi uma construção arrancada aos Trópicos mas, na verdade também, arrancada à realidade Metropolitana, a uma Coroa afunilada em Lisboa e quase em exclusivo atenta, por estes tempos ainda, ao complexo mercantil do índico. A aposta oficial continuava a ser no Oriente. Também é certo que isso deu a estes colonos uma margem de manobra e de movimentação nestes espaços impensável, por muitos motivos, no círculo Oriental.

E não estranha, por isso, que pouco depois um viajado forasteiro se espante, sobremaneira, com a riqueza das gentes e das terras do Brasil. Fiquemos com o seu testemunho que, de si, propiciará outros mais comentários:

“A riqueza desta terra é principalmente em açúcares (uma produção de uns 4 milhões de arrobas) dos quais os portugueses carregam seus navios. Porque não julgo que haja lugar em todo o mundo, onde se crie açúcar em tão grande abundância como ali. Não se fala em França senão do açúcar da Madeira e da ilha de S. Tomé, mas este é uma bagatela em comparação do Brasil, porque na ilha da Madeira não há mais de sete ou oito engenhos e quatro ou cinco na ilha de S. Tomé. Mas segundo meu próprio conhecimento há no Brasil, em cento e cinquenta léguas de costa, perto de quatrocentos engenhos e toda a costa tem bem oitocentas léguas. Todavia o resto da costa não tem tantos como aquelas cento e cinquenta léguas que se compreendem desde vinte e cinco léguas para cá de Pernambuco até vinte e cinco para lá da Baía de Todos os Santos. Cada um destes engenhos ou moinhos rende por ano cem mil arrobas de

<sup>41</sup> *Idem*, fl. 4v.

açúcar mais ou meos ... e quatro arrobas fazem um quintal que pode custar lá quinze francos...”

O que os portugueses extraem, pois, deste país é dinheiro, açúcar, conservas, bálsamo e tabaco, mas não pau brasil, que el rei de Espanha reserva para si, porque sendo a terra ruim para se habitar, *não tira dela rendimento algum* somente os seus reдеiros recolhem todo este pau e o enviam a estas partes da Europa.

Esta terra do Brasil é pois tão má, que seria impossível habitá-la e permanecer aí por muito tempo se não fora esta tráfico dos açúcares e do pau (e o desinteresse oficial da Coroa). Mesmo a maior parte dos portugueses que lá estão são degredados, falidos ou criminosos. (Lavai não exagera nesta informação. O mesmo dizia Mem de Sá: “Deve-se Vossa Alteza lembrar que povoa esta terra de degredados, malfeitores que os mais deles mereciam a morte, e que não tem outro officio senão ordir males”<sup>42</sup>. “Vêm proves e nus ... maltratam autoridades, colonos e indígenas, roubam e destroem ... torno a pedir não os mande nunca para cá Vossa Alteza - desespera-se Duarte Coelho com esta “colaboração” do monarca!)<sup>43</sup>. Também quando el rei de Espanha faz fundar ali alguma cidade, durante sessenta anos não cobra nela direito algum sobre qualquer mercadoria que seja e se venda a retalho na terra. Afora isto, o lugar onde fabricam as suas casas não lhes custa nada e não pagam dele nem renda nem foro.

Nunca vi terra onde o dinheiro seja tão comum, como é nesta do Brasil, e vem do Rio da Prata, que é a quinhentas léguas desta baía. Não se vê ali moeda miúda mas somente peças de oiro, quatro e dois reales, e metade destas, que valem cinco soldos; e procuram em Portugal as moedas de cinco soldos e de seis brancos para as vender ali por moeda miúda; porque usam mui pouca moeda afora a da prata.

<sup>42</sup> *Dicionário de História de Portugal*, Porto, 1971, III. p. 700.

<sup>43</sup> *História da Colonização*, III, p. 315.

Nesta terra do Brasil os portugueses não têm gente bastante para a povoar e ocupam toda a Costa, onde têm quantidade de cidades, fortalezas e belas casas nobres até vinte e trinta léguas pelo sertão. Há senhores que possuem grandes territórios e neles muitos engenhos de açúcar, os quais territórios lhes há dado el-rei de Espanha.. E estes senhores dão terras a quem quer ir morar nelas e plantar canas de açúcar, com a condição de mandarem moer estas aos moinhos e engenhos dos mesmos senhores, pagando-lhes um tanto ... Estes colonos edificam ali casas com jardins e plantações de toda a sorte de frutos; criam muito gado aves e outros comestíveis, como cá nas fazendas arrendadas. Plantam arroz, milho grosso e miúdo, raízes de mandioca, batatas e outras semelhantes. Desta maneira o rendimento do Brasil é mais que suficiente para a sua sustentação ... sem necessidade de enviar dinheiro de Portugal ... e ainda por cima de tudo el-rei de Espanha tira dali outros muitos proveitos cada ano, assim e pau-brasil como em outros direitos sobre os açúcares e outras mercadorias. Também se faz neste país grande quantidade de óleo de baleia e especialmente na Baía de Todos os santos (em cuja costa se faz a mais rica pesca de baleia que há no mundo) e dele se faz mui grande tráfico. E assim é este país o em que se vê mais dinheiro que em outro lugar onde eu tenha estado, e vem todo do Rio da Prata.

Os que do Brasil tornam para Portugal carregam seus navios de açúcares e conservas assim secas como líquidas, tais como laranjas, limões e outras e principalmente de gengibre verde, do qual há nestas partes uma maravilhosa abundância ... Carregam também tabaco, de que há abundância por toda a América e alem de tudo isso, *levam grande quantidade de dinheiro. Depois de terem estado nove ou dez anos nestas terras, recolhem mui ricos, e há ali entre outros muitos cristãos novos, que têm de seu cabedal de sessenta, oitenta e cem mil cruzados e mais.* (Não havia então no Reino Senhorio nem Título algum que

tivesse tanto de renda. Em 1636 o mais rico dos Arcebispados do Reino - o de Braga - que só ele somava cerca de 1/4 ou mais - dos rendimentos da Igreja em Portugal - teria, “tão só” - pelos números disponíveis - uns 50, no máximo, uns 50-60.000 cruzados!...Como acima se disse, o rendimento da Coroa, por 1559, de todo o Brasil, andaria nos 12.000 Cruzados!) Note-se que Lavai não exagera. Em 1591 testemunha Brito que, do reendeiro dos dízimos de Olinda (que entrara na Capitania ensinando meninos, com uma mão atrás e outra à frente e “em quem andão agora os taes dízimos), se afirma ter oje trezentos mil cruzados de seu”!<sup>44</sup>.

Continuemos:

“Além disso ... há ali muita mandioca, que comem e da qual se alimentam. Há-a lá em tão grande quantidade que se carregam dela navios para levar ao reino de Angola. Quanto à carne, a mais comum é a de porco. Que é mui boa e até os médicos a recomendam aos doentes com preferência à de carneiro, galinha ou outras ... Fazem vinho com a cana de açúcar que é barato mas serve só aos escravos e naturais da terra. Há muita quantidade de frutas, como laranjas, limões, bananas cocos e outras.

Os portugueses têm belas hortas cheias de boas hortaliças, como alfaces repolhos melões pepinos, rábanos e outras ervas cultivadas. A vinha não produz lá ... Dá-se o arroz e o milho, mas só se servem deste para mantimento dos animais; o que os espanhóis não fazem nas índias Ocidentais porque o misturam com o trigo e fazem dele pão. Há ali boa pesca de baleias e outros peixes. Tiram delas azeite em tão grande abundância que carregam navios ...

No mais, a coisa que os portugueses fazem mais estimação no Brasil são os escravos da costa de África e das índias Orientais”<sup>45</sup>.

<sup>44</sup> Abreu e Brito, 79.

<sup>45</sup> Lavai, *Viagem*, 228-234.

Com o Século XVII o sucesso da colonização avolumar-se-á rapidamente e, agora, de efeitos bem mais visíveis para os cofres da Coroa, pelos direitos que vai arrecadando e em que vai podendo meter mão: os direitos cobrados nas alfândegas passará a ser de bom proveito para mesma Coroa (que praticamente nada ou pouco tinha investido na Colônia). Dizia-se por 1618 que “o Brasil é mais rico e dá mais rendimento pera a fazenda de sua Magestade que todas essas índias Orientaes”<sup>46</sup>. E para tanto, sobressaía sobremodo o núcleo duro da economia brasileira de então - Pernambuco-Itamaracá - “numas sessenta léguas de costa se produz tanto que bastaria para carregar todos os anos cento e trinta/quarenta a 200 naus de que muitas delas são de grandíssimo porte sem sua Magestade gastar de sua fazenda pera a fábrica e sustentação de tudo isto um só vintém a qual carga se leva ao Reino e se mette nas alfândegas onde pagam seus direitos a Sua Magestade ...de que feita a somma vem a importar... mais de trezentos mil cruzados sem gastar nem despender na sustentação do Estado um só real porquanto o rendimento dos dízimos basta pera a sua sustentação”<sup>47</sup>. O próprio arrendamento do pau-brasil passara rapidamente dos 16 contos do fins do Século XVI para os 21 contos com a administração Filipina. E deixaria ainda nas mãos do arrendatário uns chorudos 15 contos de lucro.

Pouco depois de Brandão, outro testemunho (referente aos anos de 1626-27) acrescentará: “so da parte que cai no governo das cidades do Salvador e da Baía, que onde de presente mais se lavram os açúcares é sabido que todos os anos saem mais de um milhão e duzentas mil arrobas de açúcar que chamam macho e mais umas trezentas mil do que chamam de panelas como se proba pelo que se viu por estes anos atrás em que por haver embarcações se descarregavam uns anos por outros só em

<sup>46</sup> Ambrosio Fernandes Brandão, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro, s/d, 139, Ed. Rodolfo Garcia/Jaime Cortesão.

<sup>47</sup> *Idem*, 142-143.

Lisboa trinta e duas mil caixas de açúcar e estas caixas o menos que trazem é de catorze arrobas e as demais de dezoito a vinte e quatro e ainda mais e assim por média pondo umas por outras a dezoito arrobas somam quinhentas e setenta mil arrobas. De Lisboa até Viana entravam outras tantas mil arrobas e ainda muito que ia (ou passava) pelas Ilhas Terseiras e Madeira por onde se desviava outra grande soma e pode-se julgar dos muitos açúcares que entram naquelas ilhas porque se afirma que neste ano de 1627 tomaram os piratas desassete embarcações das que se dirigiam à Ilha da Madeira. Além de todos estes açúcares roubam os inimigos no mar quantidade grandíssima como é bem notório e assim - considerando-se tais coisas - se pode afirmar com muita certeza que sairiam todos os anos daquele Estado muito mais que as referidas arrobas.

“...Esta novidade reduzindo uns por outros aos açúcares machos somarão mais de 1 milhão e duzentas mil arrobas e estas ao preço de dois ducados valem dois milhões e quatrocentos mil ducados e assim ao seguro de 12% importará cada ano em duzentos e sessenta e quatro mil ducados. Mas isto será o mínimo porque, bem considerado tudo o referido, importará a novidade em muito mais” - quando houvesse embarcações que aqui ao reino trouxessem as novidades do Brasil por inteiro<sup>48</sup>. Na verdade, de conluio com os colonos e oficiais de Sua Alteza, grossa parte - se não mesmo a maioria - seguia directamente para o estrangeiro ao exemplo do que se verificava em Pernambuco em 1591: “Mormente aver tantos navios como de continuo a capitania de Pernambuco de todas as partes de França, Frandres, Inglaterra, Amburgo e de todas as demais partes, assi das partes de que V. Mag.de tem recebido desserviços, como dos mais q sera dificultoso serem vedados” ... e que em todas as Capitánias “carregão pera este Reyno e se fazem a vella

<sup>48</sup> Aurélio de Oliveira, *Retrato do Reino e Conquistas 1625-1627* (em tratamento para publicação).

pera as partes que acima ficão ditas”<sup>49</sup>. Mais grave ainda: havia na Corte a suspeição, em 1592, que alguns se deixavam tomar no mar pelos corsários!<sup>50</sup>.

Atento o valor dos dízimos dos açúcares, (com os conluios desvios e roubos) e outras coisas de que Sua Magestade não faz caso, o Brasil é do maior rendimento em sua quantidade que há no mundo”! (1591). Sobretudo para os colonos de Sua Majestade. Dirão, por isso, os Povos nos Capítulos Gerais das Cortes de 1654: “O Estado do Brasil é a cousa de mais proveito e importancia que tem este Reino assi pella riqueza delle como por ser toda a sustancia do comercio deste Reino”<sup>51</sup>. E, entretanto, a Companhia Real de Comércio para o Brasil estava praticamente falida!...Como Companhia de Comércio propriamente dita, duraria apenas treze anos: de 1649 a 1662!

<sup>49</sup> Abreu e Brito, 73-75.

<sup>50</sup> Biblioteca da Ajuda. 44-XIV-5.

<sup>51</sup> Arquivo Nacional da T. Tombo. *Cortes*. 197v.